# DIÁRIO DO SUDOESTE

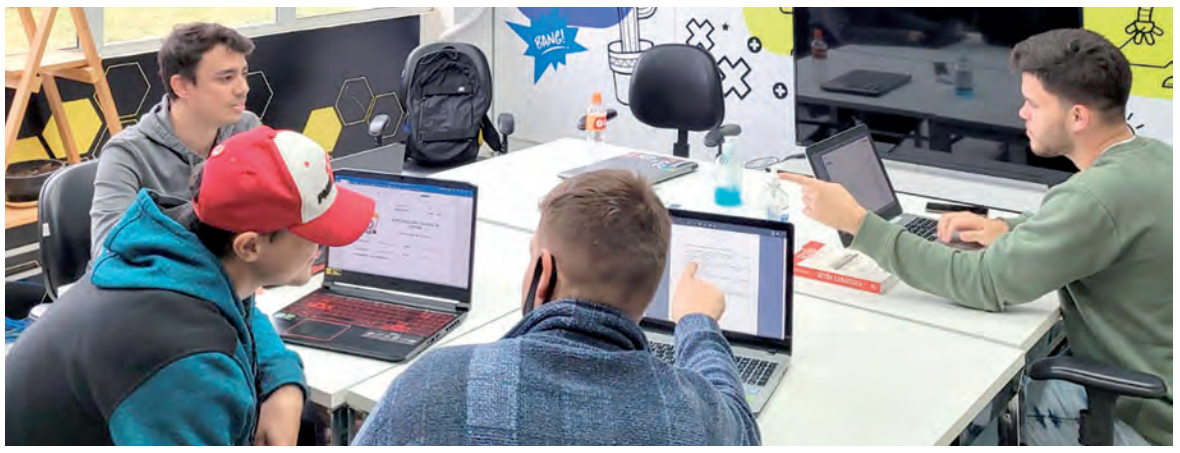
ANO XXXVII
Nº 8226

HÁ 36 ANOS CONTANDO A HISTÓRIA DO SUDOESTE DO PARANÁ
PATO BRANCO, QUINTA-FEIRA, 15 DE SETEMBRO DE 2022 | diariodosudoeste.com.br | @diariodsudoeste

R$ 3,50



REVISTA ESPECIAL 70 ANOS PATO BRANCO Participe!

## Pato a Jato trabalha para desenvolver carro urbano

A equipe de Eficiência Energética da UTFPR de Pato Branco busca produzir um modelo de carro elétrico, adaptado para todos os públicos e que atenda as necessidades de Pessoas com Deficiência, para uso dentro de perímetro urbano. A estimativa é de que em um ano o projeto físico esteja em condições de teste pela equipe, enquanto que modelo pronto deverá estar disponível em aproximadamente três anos. PÁG. 4

# CEI deverá investigar suposta prática de assédio moral na Administração Municipal de Pato Branco

Assessoria Câmara PB



O requerimento que solicita a instalação de mais uma Comissão Especial de Inquérito (CEI), para investigar ações da atual gestão, foi apresentado na sessão dessa quarta-feira (14), da Câmara Municipal de Pato Branco. Legislativo vai apurar supostas irregularidades relacionadas à prática de assédio moral, em decorrência de desvio de função de um servidor. PÁG. 2


CIDADE

Espetáculo de teatro encerra Semana Literária do Sesc PÁG. 3

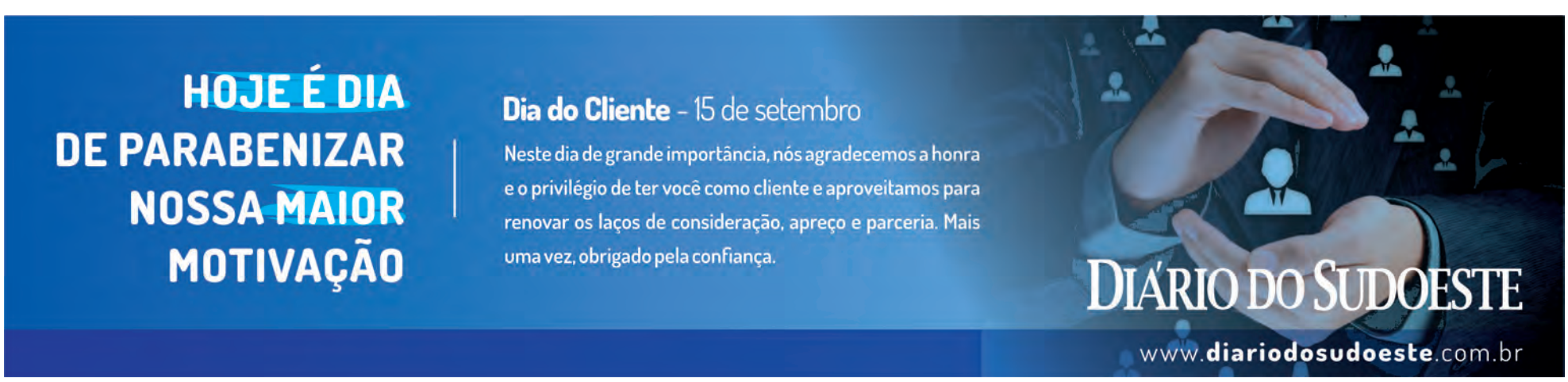
REGIONAL

Comunidade onde está o Morro do Divisor terá estrada pavimentada com asfalto PÁG. 6

ESPORTE

Tricampeão estadual, Pato Basquete inicia defesa do título no sábado PÁG. 11





# CEI deverá investigar suposta prática de assédio moral na Administração Municipal de Pato Branco

**Cristina Vargas**
cristina@diariodosudoeste.com.br

ASSESSORIA/CMPB



O requerimento foi apresentado na sessão da Câmara dessa quarta-feira (14)

Na sessão ordinária de quarta-feira (14), da Câmara Municipal de Pato Branco, foi apresentado o Requerimento nº 8 de 2022, que requer a instituição de Comissão Especial de Inquérito (CEI) com a finalidade de apurar supostas irregularidades relacionadas à prática de assédio moral, em decorrência de desvio de função, na Administração Pública.

Assinado pelos parlamentares Claudemir Zanco (PL) – presidente do Legislativo, Dirceu Luiz Boaretto (Podemos), Eduardo Albani Dala Costa (MDB), Januário Koslinski (PSDB), Maria Cristina de Oliveira Rodrigues Hamera (PV) e Romulo Faggion (União Brasil), o documento destaca que "chegou ao conhecimento dos vereadores da Casa de Leis que, no âmbito do Aterro Sanitário Municipal, estaria lotado o servidor Marcos Edgar Hirt, ora denunciante, em desvio de função. Tal irregularidade teria sido perpetrada por parte do Prefeito Municipal e outros servidores. Tais medidas decorreriam de alegada perseguição política, em virtude de denúncias que o servidor denunciante teria realizado contra atos praticados pela Administração Pública Municipal".

O Requerimento revela ainda que "Marcos Edgar Hirt, no primeiro ofício encaminhado a Câmara de Vereadores, relatou que encontrava-se exercendo suas funções como servidor cedido na Unidade Técnica Regional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Também noticiou que até o mês de março de 2021 desenvolveu funções junto ao Aeroporto Municipal e que foi exonerado, não a pedido, do cargo de Gestor do Aeroporto. No mesmo ofício, elencou várias funções pelas quais passou no âmbito do Poder Executivo Municipal e fora deste. Por derradeiro, relata que está em desvio de função, em situações precárias, junto ao Aterro Sanitário Municipal".

Os vereadores destacaram que "o servidor em comento foi aprovado em concurso público para o cargo de Agente de Apoio. A função a ser desenvolvida pelo mesmo, por seu turno, consiste na de Agente de Trânsito. A comunicação mais recente do servidor Marcos Edgar Hirt consistiu em um Ofício, datado de 6 de setembro de 2022. Segundo o documento, este complementa os Protocolos 2870/2021; 214/2022; 274/2022; 1735/2022; 1786/2022; 1791/2022; 1919/2022; 1954/2022; 1987/2022; 1995/2022; 2022/2022; 2052/2022; 2060/2022; 2095/2022; 2196/2022; 2211/2022; a oitiva realizada em 15/12/2021 - CEI Depatran e participação na Tribuna Livre no dia 14/02/2022".

## Ponto relevante

Além disso, os parlamentares enfatizaram no Requerimento para instituição da CEI, que o "ponto relevante a ser frisado, consiste no fato de o Poder Executivo Municipal, após ter sido provocado pela Câmara de Vereadores, ter apresentado resposta às alegações do servidor denunciante, cite-se o Ofício no 360/AL. Nada obstante a isto, o teor da mencionada manifestação não é conclusivo, especialmente em decorrência de comunicações posteriores recebidas por esta Casa de Leis. Diante dos múltiplos ofícios recebidos, e em decorrência de supostas irregularidades praticadas no âmbito do Aterro Sanitário Municipal, medida relevante a ser tomada pelo Poder Legislativo deste Município, dentro de suas prerrogativas institucionais, consiste na promoção de investigação de supostas atitudes arbitrárias por parte do Poder Executivo Municipal, mediante a constituição de Comissão Especial de Inquérito, com o objeto de apurar questões relacionadas ao desvio de função do servidor efetivo".

## Formação da CEI

Na sessão, o presidente da Casa de Leis, vereador Claudemir Zanco (PL), informou aos presentes que, em atendimento ao Regimento Interno, a formação da CEI, que contará com cinco vereadores, deve respeitar a proporcionalidade dos partidos, ou seja, os três partidos que possuem dois vereadores em sua composição (Podemos, PSD e União Brasil) devem enviar um ofício indicando qual vereador deve participar da CEI, até a próxima sessão ordinária, que será realizada na segunda-feira (19), quando a comissão será formada.

Os demais partidos, compostos por um integrante, segundo o presidente, também deverão enviar ofício, e, caso haja manifestação de indicação de membros de todos os líderes partidários, as duas demais vagas serão preenchidas via sorteio.

Como o vereador Lindomar Brandão, que é do Partido Progressistas, juntamente com a vereadora Thania Maria Caminski Gehlen, está de licença parlamentar não remunerada, e em seu lugar assumiu o vereador suplente Marcos Diedrich Junior, do partido União Brasil – mesmo partido do vereador Romulo Faggion – a bancada do União está, até o dia 7 de outubro, com dois vereadores e deve ocupar uma das vagas.

De acordo com o Departamento Legislativo da Câmara, neste caso, a orientação é que a prioridade seja do vereador que continuará na Casa, ou seja, Romulo Faggion, tendo em vista que a CEI pode ter duração maior que o período em que o vereador suplente permanecerá na Casa.

"A constituição de Comissão Especial de Inquérito (CEI), proporcionará que a mesma possa oficialmente proceder as investigações necessárias a fim de elucidar a questão, sendo suas conclusões obrigatoriamente encaminhadas ao Ministério Público do Estado do Paraná, a fim de que, sendo o caso, promova as responsabilidades civil e criminal dos infratores. A Comissão para apurar as referidas denúncias, deverá ouvir as pessoas e órgãos, direta ou indiretamente envolvidos, provas documentais a serem carreadas aos autos da CEI, as quais poderão contribuir para elucidar e esclarecer o fato em questão, o que será objeto do relatório conclusivo dos trabalhos", explicaram os parlamentares, no documento.

MAIS TRABALHO MAIS PARANÁ
Agência do Trabalhador

**VAGAS EM PATO BRANCO**

Agenciador de publicidade
Atendente de lanchonete
Auxiliar de armazenamento
Auxiliar de linha de produção
Auxiliar técnico na mecânica de máquinas (PCD)
Caixa de loja
Instalador de alarmes residenciais
Lavador de veículos
Mecânico (autocenter)
Montador de móveis sob medida
Serralheiro

**Observação: Neste sábado 17/09, haverá uma ação de empregabilidade na Praça Presidente Vargas. Uma indústria de fogões estará recrutando trabalhadores com ou sem experiência, a partir dos 18 anos.**

Os interessados devem comparecer na Agência do Trabalhador, Travessa Santo Cola, 102, Baixada

# Audiência aponta erros em políticas de regularização fundiária

**Agência Senado**

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) discutiu na terça-feira (13), em audiência pública, como erros na condução das políticas de regularização fundiária levam ao aumento do desmatamento e ao estímulo à grilagem de terras.

O debate vai subsidiar a análise de política pública a ser feita pela comissão neste ano. A CMA escolheu acompanhar os impactos ambientais de programas de regularização fundiária, com foco especial na Amazônia Legal. A sugestão de política a ser analisada foi da senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA).

O senador Fabiano Contarato (PT-ES), que presidiu a audiência, explicou o que ele espera que esse trabalho revele. "Com essa avaliação, teremos a oportunidade de mostrar ao Brasil e ao mundo a escolha pela política de destruição que está em curso em nosso país. O desmatamento em todos os biomas segue avançando em ritmo alarmante. Na Amazônia, 2021 alcançou a maior taxa de desmatamento dos últimos 15 anos".

Os convidados afirmaram que erros do governo federal na condução dos processos de regularização fundiária têm estimulado a invasão de terras e direcionado áreas de floresta para finalidades inadequadas. Isso se agrava com a falta de fiscalização sobre o desmatamento ilegal.

Brenda Brito, pesquisadora do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), enumerou os incentivos que existem à invasão e ao desmatamento devido a falhas do poder público.

A principal, segundo ela, é que o Executivo tem destinado terras preferencialmente para a titulação privada, o que não é a melhor prática.

# Vereadora propõe implantação do Programa Dignidade Animal

**Cristina Vargas**
cristina@diariodosudoeste.com.br

A vereadora Thania Maria Caminski Gehlen (PP) propôs ao Executivo Municipal, através da Indicação nº 379/2022, na sessão ordinária da Câmara Municipal de Pato Branco, do dia 5 de setembro, a implantação do Programa Dignidade Animal, em Pato Branco.

Segundo a parlamentar, a proposta se justifica "devido a grande incidência de casos de maus tratos aos animais. Em reunião com as Secretarias de Meio Ambiente, Educação, Engenharia e Obras foi apresentado o seguinte Programa".

Além dos maus tratos aos animais, a vereadora citou no documento a existência de "locais em estado de grande quantidade de lixo, com incidência de focos de mosquitos transmissores de doenças, entre outros. [A justificativa se dá] também por entender que antes de se tomar qualquer atitude drástica, 'todos' merecem uma segunda chance, com orientações, educação, sobre o assunto".

De acordo com Thania, pelo bem-estar animal e pela qualidade de vida, foi elaborado um programa onde os "materiais recicláveis, como pneus, madeira, grades, e outros, que iriam para descarte e que encontram-se na garagem da prefeitura, seriam transferidos para um local apropriado, para confecção de casinhas de cães, que serão distribuídos para famílias carentes. Será orientado as famílias que necessitam limpar os terrenos, onde se possível ajudaríamos com caçambas para recolhimento do lixo e destino correto".

Ainda, segundo a proposta, "a população receberá instruções e educação sobre bem-estar animal, ecologia, zoonoses. As crianças da escola irão ao local fazer a doação das casinhas, haverá um sinergismo entre todos os envolvidos, para que se entenda da importância de toda a comunidade lutar por uma cidade modelo. Destacando também que essas famílias de vulnerabilidade são pessoas que mais acolhem animais e nem sempre sabem o que é maus tratos. Isto seria apenas um início, se fazendo possível que muitas escolas se engajem nos projetos. A equipe será coordenada pela dra. Claudia Rocha, onde a mesma já tem experiência e ajudou com a elaboração do Programa".

## Cumprimento da lei

Também em defesa dos direitos dos animais, a vereadora Thania protocolou o Requerimento nº 706, de 2022, solicitando ao Executivo Municipal o "cumprimento integral da Lei Ordinária nº 5.627, de 30 de novembro de 2020, que proíbe o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de artifício sonoros no Município de Pato Branco".

Segundo a vereadora, "o pedido se justifica visto que a população quer que a lei seja cumprida, principalmente em datas comemorativas (jogos, festivais), pois o não cumprimento da lei está gerando transtorno com crianças especiais, idosos e animais".

ASSESSORIA/CMPB




**Através de requerimento, a vereadora Thania também solicitou o cumprimento da lei que regulamenta o uso de fogos de artifício**

# Eleitores participarão do teste de integridade das urnas com biometria

**Agência Brasil**

Eleitores de 19 unidades da federação serão convidados a participar de parte do teste de integridade que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) realizará nas eleições deste ano para avaliar a confiabilidade do sistema de identificação biométrica nas urnas eletrônicas.

Aprovado pelo plenário da Corte na sessão de terça-feira (13), o projeto-piloto acrescentará a identificação biométrica dos eleitores ao teste de integridade a que o TSE submete as urnas eletrônicas a cada nova eleição, desde 2002.

Este ano, 641 urnas serão escolhidas, nas 27 unidades da federação, para participar do tradicional teste de integridade que, ao contrário do projeto-piloto, não conta com a participação de eleitores presenciais. Das 641 urnas, 56 serão submetidas ao teste com identificação biométrica, o que representa um percentual de 8,7%.

"É importante deixar claro que o teste de integridade [tradicional] é realizado desde 2002 e que, a partir da liberação da [urna eleitoral mediante identificação da] biometria [do eleitor], o [projeto-piloto] é absolutamente idêntico ao que vem sendo realizado nestes 20 anos", ressaltou o presidente do TSE, ministro Alexandre de Moraes, durante evento de simulação das etapas que os eleitores voluntários e os servidores da Justiça Eleitoral cumprirão no dia da votação.

O projeto-piloto prevê a participação de eleitores de Alagoas; Amazonas; Bahia; Ceará; Espírito Santo; Goiás; Mato Grosso; Mato Grosso do Sul; Minas Gerais; Pará; Paraná; Pernambuco; Rondônia; Santa Catarina; São Paulo; Rio de Janeiro; Rio Grande do Sul e Tocantins, além do Distrito Federal. A resolução inicial do TSE era realizar o teste em, pelo menos, cinco estados, mais o Distrito Federal.

Segundo o secretário de Tecnologia da Informação do TSE, Júlio Valente, as unidades da federação onde o teste com biometria acontecerá foram definidos em conformidade com a capacidade logística e financeira dos tribunais regionais eleitorais. O uso da biometria para fins de teste acontecerá em apenas 56 das 641 urnas que serão submetidas ao tradicional teste de integridade, que ocorre sem a participação de eleitores presenciais.

"Como havia alguma dúvida sobre o processo de verificação biométrica, estamos levando o projeto-piloto com biometria para os locais de votação justamente para tirar essa dúvida. As demais urnas participam normalmente do teste de integridade como fazemos desde 2002, em locais designados pelos tribunais regionais eleitorais", acrescentou Valente.

JOSÉ CRUZ/ARQUIVO/AGÊNCIA BRASIL




**Eleitores de 19 unidades da federação serão convidados a participar de parte do teste de integridade**

## Procedimentos

No dia da votação, servidores da Justiça Eleitoral convidarão alguns eleitores que votam em seções onde o teste com biometria esteja ocorrendo para participar voluntariamente da iniciativa. Após votarem regularmente, os voluntários serão conduzidos a um espaço contíguo onde estará montada toda a estrutura necessária à realização do teste com biometria, incluindo uma urna eletrônica previamente selecionada.

O voluntário terá que assinar um termo de consentimento, autorizando o uso de sua identificação biométrica para liberar a urna. A partir daí, estará encerrada sua participação. Com a urna liberada e tendo sido conferida a identificação biométrica do eleitor, caberá a servidores da Justiça Eleitoral registrar, na urna de teste, o voto previamente preenchido por representantes de partidos políticos ou entidades que participam do processo de fiscalização – tal como já acontece no teste de integridade tradicional.

MAIS TRABALHO MAIS PARANÁ
Agência do Trabalhador

VAGAS EM PATO BRANCO

Ajudante de motorista
Atendente de farmácia - balconista
Atendente de lojas (PCD)
Auxiliar de marceneiro
Caixa de loja
Estoquista
Faturista
Montador de equipamentos em eventos
Motorista de ônibus rodoviário
Repositor de mercadorias
Vendedor interno

Os interessados devem comparecer na Agência do Trabalhador, Travessa Santo Cola, 102, Baixada

# MPPR adverte Prefeitura e Câmara de Quedas do Iguaçu sobre nepotismo

**Assessoria**

Os chefes do Executivo e do Legislativo de Quedas do Iguaçu devem adotar providências no sentido de não permitir a prática de nepotismo – nomeação de pessoas com vínculo de parentesco – nas respectivas administrações públicas.

A orientação consta de recomendação administrativa encaminhada pelo Ministério Público do Paraná a partir da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca à Prefeitura e à Câmara de Vereadores do Município e decorre de apuração que confirmou a ocorrência da prática em ambos os poderes.

A partir de procedimento administrativo, o MPPR verificou que a esposa e o irmão do atual prefeito, bem como quatro esposas de vereadores teriam sido nomeadas em cargos de comissão e de confiança.

Ao expedir a medida extrajudicial, a Promotoria de Justiça destaca entendimentos do Supremo Tribunal Federal sobre a prática, que configura ato de improbidade administrativa, inclusive na modalidade cruzada – quando a autoridade nomeia pessoa que detém vínculo de parentesco com outros agentes políticos/públicos a partir de designações recíprocas.

"A investidura em cargo de provimento em comissão de pessoas que detenham vínculo de parentesco com os mencionados agentes políticos revela favorecimento, em ofensa aos princípios da moralidade e da impessoalidade", ponta o Ministério Público.

Além de não autorizar nomeações que configurem nepotismo em qualquer uma de suas modalidades, o documento também orienta que, caso ainda persistam situações semelhantes aos identificados na apuração preliminar, os agentes públicos determinem a exoneração dos respectivos ocupantes dos cargos públicos, no prazo máximo de 30 dias.

O não atendimento à recomendação pode resultar na judicialização do caso, com eventual propositura de ação civil para a responsabilização dos envolvidos.

# Legislativo sugere adequações de acessibilidade no Parque Ambiental

ASSESSORIA/CMPB




**Vereador Rafael Celestrin (PSD), autor das indicações voltadas à acessibilidade**

**Cristina Vargas**
cristina@diariodosudoeste.com.br

O vereador Rafael Celestrin (PSD) protocolou na Câmara Municipal de Pato Branco duas indicações ao Executivo Municipal para adequações relacionadas à acessibilidade no Parque Ambiental Vitório Piassa.

Através da Indicação nº 396, de 2022, o parlamentar solicitou algumas adequações, como a implantação de piso tátil, para melhor orientar as pessoas cegas dentro do parque e a indicação através de QR Code nas placas informativas, para que as pessoas com deficiência visual tenham mais autonomia quando circularem pelo local.

Também de autoria do vereador Celestrin, foi protocolada a Indicação nº 397, de 2022, que solicita ao Executivo "a implantação de recurso por QR Code no memorial histórico dentro do Parque Ambiental Vitório Piassa, possibilitando, assim, o acesso à informação sobre o mesmo por pessoas com deficiência visual".

Segundo o parlamentar, a indicação se justifica pelo fato de o memorial histórico "não possuir nenhum tipo de recursos de acessibilidade. Atualmente é apenas possível realizar a leitura do memorial histórico por pessoas enxergantes, impossibilitando o acesso às pessoas com baixa visão ou com cegueira".

## Inclusão

Recentemente o vereador Celestrin esteve em São Paulo, participando da maior feira de tecnologia assistida da América Latina. No evento, participou de workshop sobre equoterapia, onde obteve informações para contribuir com o projeto de Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Equoterapia, de sua autoria.

Sua intenção é que o projeto logo "saia do papel", conforme anunciou. "Tanto é que fui para São Paulo especificamente para tratar da equoterapia, junto a maior associação de equoterapia do Brasil e América do Sul. Muitas informações valiosas que precisamos trazer para Pato Branco. Em breve o SUS vai aportar a equoterapia dentro do sistema. Da mesma forma, a aprovação pelo Senado em que os planos de saúde venham a oferecer a quem necessita. Minha parte como vereador por Pato Branco, estou fazendo. Mostrando para a sociedade a classe dos invisíveis. Todos merecem atenção, e o que eu puder fazer, através de projetos, viagens, cursos e especializações, farei pelos que foram esquecidos", declarou o parlamentar nas redes sociais.

## Enfrentamento da covid-19

Na sessão ordinária de quarta-feira (14), da Câmara Municipal de Pato Branco, foi aprovado em primeira votação o Projeto de Lei nº 120, de 2022, de autoria do Executivo, que autoriza a abertura de crédito especial, no valor de R$ 80 mil, junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Segundo o projeto, o recurso é oriundo da Portaria nº 3.978, de 28 de dezembro de 2021, do Ministério da Saúde, que credenciou, em caráter excepcional, estabelecimentos de saúde como Centros Comunitários de Referência para Enfrentamento da Covid-19 e como Centros de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19, e concedeu incentivo financeiro federal a ser transferido aos Fundos Municipais de Saúde.

De acordo com o projeto "na referida Portaria, o Município de Pato Branco ficou habilitado a receber o valor acima, o qual, segundo a Secretaria Municipal de Saúde, será utilizado na aquisição de insumos e demais materiais necessários para a manutenção do Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19".




# Senador cobra investigação de assédio moral na EBC

**Agência Senado**

O presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado, senador Humberto Costa (PT-PE), solicitou investigação de denúncias de assédio moral e perseguição política na Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Os ofícios, encaminhados à Procuradoria-Geral do Trabalho, à Defensoria Pública Federal e à Subprocuradoria-Geral dos Direitos do Cidadão, mencionam a jornalista Kariane Costa, membro do Conselho Administrativo da EBC, como alvo de represálias de gestores da estatal por ter denunciado punições arbitrárias a funcionários.

"A perseguição àquela jornalista integra o quadro de assédio moral e perseguição política que tem sido contumaz naquela empresa e que é objeto de amplo repúdio entre os órgãos de representação da categoria, exigindo um atuar coletivo para preservar os direitos coletivos de seus trabalhadores, inclusive no que tange aos seus direitos humanos violados", diz o senador em seus ofícios.

## Relatos

Como representante dos empregados no Conselho Administrativo, Kariane Costa encaminhou à ouvidoria da EBC relatos de assédio moral por parte da diretoria, que respondeu com uma acusação de difamação contra a empresa e o pedido de demissão por justa causa. Para Humberto Costa, é espantoso o processo pelo qual Kariane "passou de denunciante a denunciada" e levou o caso a ser apurado pelo Ministério Público do Trabalho.